



Revista do Instituto de Estudos
Brasileiros
ISSN: 0020-3874
revistaieb@usp.br
Universidade de São Paulo
Brasil

Goldfeder, André; Waizbort, Leopoldo
Sobre os “tipos” em Raízes do Brasil
Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, núm. 49, marzo-septiembre, 2009, pp. 13-35
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=405641271002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Sobre os “tipos” em *Raízes do Brasil*

André Goldfeder e Leopoldo Waizbort¹

Resumo

O artigo discute a utilização de tipos sociais ou tipos humanos por Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, com o intuito de clarificar qual o seu estatuto no âmbito da construção do argumento. Procura sugerir aproximações na formação e no uso dos tipos com Georg Simmel e Werner Sombart.

Palavras-chaves

Tipos sociais, Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*

Recebido 29 de junho de 2009

Aprovado 07 de julho de 2009

¹ André Goldfeder é bacharel em Ciências Sociais; Leopoldo Waizbort é professor de sociologia na USP. Este texto beneficia-se amplamente dos resultados de uma pesquisa de iniciação científica, financiada pela Fapesp, realizada por André sob a orientação de Leopoldo. E-mails: abgold@bol.com.br, waizbort@usp.br

On the social types in Raízes do Brasil

André Goldfeder e Leopoldo Waizbort

Abstract

The article discusses the employment of social types or human types by Sérgio Buarque de Holanda in his book *Raízes do Brasil*, first published in 1936, aiming to clarify their position within the realm of the argument construction. It intends to suggest ways of establishing connections between these types and those created by Georg Simmel and Werner Sombart, regarding to their use and construction.

Keywords

Social types, Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil



esde há muito se cogita sobre a utilização de tipos sociais ou tipos humanos por Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil*, publicado em 1936 e republicado, com significativas alterações, em 1948². Pelo menos desde a resenha de Florestan Fernandes, que registrava o reaparecimento do livro em 1949, essa questão é tema de debate e é penoso constatar que não se deu a devida atenção às formulações de Florestan, como sempre excepcionais. O que afirmava o sociólogo uspiano? Simplesmente assinalava a impropriedade de aproximar o uso dos tipos, por Sérgio, da concepção de tipo ideal. E é forçoso reconhecer que essa posição, ao longo do tempo, foi ignorada, salvo por um de seus assistentes, que a retomou muitos anos depois. Para nós, ela oferece uma plataforma privilegiada, da qual partimos³.

Sem por à prova a sugestão frobeniana de Florestan – que aguarda ainda uma investigação em detalhe –, gostaríamos de propor um en-

² A partir da 3^a edição, as alterações, embora ocorram, são de menor envergadura e significação. Neste texto não levamos em consideração as alterações textuais entre as várias edições de *Raízes do Brasil* e nos atemos à edição atualmente no mercado.

³ Diz Florestan: “Assim, a caracterização tipológica esboçada pelo autor (o ‘aventureiro’, o ‘trabalhador’, o ‘homem cordial’), cabe mais dentro da orientação metodológica de compreensão intuitiva (Frobenius), do que na orientação metodológica de construção positiva dos tipos ideais ou dos tipos categoriais.” FERNANDES, Florestan. Resenha de *Raízes do Brasil*. In: *Revista do Arquivo Municipal*, ano 15, v. 122, p. 222-224, fev. 1949.

caminhamento diferente, aproximando os procedimentos de Sérgio de recursos similares, também eles desenvolvidos no domínio da sociologia alemã, por volta do início do século XX. Nesse sentido, pretendemos, além de oferecer modesta contribuição para o esclarecimento do problema dos tipos de *Raízes do Brasil*, sugerir algumas bases heurísticas para o enfrentamento do problema, sempre mencionado, da presença do pensamento alemão no livro de 1936.

Iniciaremos expondo um quadro geral dos tipos sociais elaborados por Georg Simmel em seu livro de 1908, *Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung* (Sociologia: investigações sobre as formas de socialização), com o intuito de esclarecer os contornos da construção conceitual de que são produto, nos quadros da sociologia pura ou formal. Em seguida, abordaremos o livro de Werner Sombart *Der Bourgeois. Zur Geistesgeschichte des modernen Wirtschaftsmenschen* (O burguês: para a história espiritual do moderno homem econômico, publicado em 1915), interessados ainda na mesma visada com relação aos tipos e tentando apreender os fundamentos do procedimento sociológico-historiográfico formulado no livro, ou seja, seu enfoque predominantemente psicogenético. Por fim, chegaremos a *Raízes do Brasil*, procurando destrinchar uma camada apenas de sua estratégia argumentativa, por meio de dupla abordagem. Por um lado, buscamos avaliar a possibilidade de uma aproximação de certos recursos cognitivos do modelo interpretativo proposto em *Raízes do Brasil* – no caso, os tipos – à explicação psicogenética sombartiana, assim como a certos aspectos da sociologia formal simmeliana. Por outro lado, buscamos oferecer parâmetros que possibilitem o cotejo analítico dos tipos sociais construídos pelos três autores, de modo a colaborar para a compreensão mais acurada do lugar e do sentido que os tipos formulados por Sérgio Buarque assumem em seu esforço de interpretação do processo de formação da sociedade brasileira.

A “grande sociologia” de Simmel constitui-se de uma reunião variada de estudos, nos quais aborda uma grande multiplicidade de figuras e tipos históricos, em correlação com alguns conceitos sociológicos fundamentais⁴. Nesse sentido, o próprio método expositivo utilizado por Simmel é revelador. Em oito dos dez capítulos que compõem a obra, Simmel parte quase sempre da proposição de um princípio ou série de princípios sociológicos para, em seguida, apresentar suas diversas modulações e, finalmente, oferecer ao leitor uma gama ampla e variada de fenômenos

4 Cf. SIMMEL, Georg. *Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*. [1908] RAMMSTEDT, O. (Org.). Frankfurt/M: Suhrkamp, 1992 (Georg Simmel Gesamtausgabe vol. II). p. 9 e 791.

históricos, cuja conexão estaria no fato de concretizarem os princípios em questão. Isso indica que Simmel não busca leis ou princípios causais gerais que dêem conta de explicar a ampla variabilidade de fenômenos históricos e sociais concretos; ao contrário, podemos dizer que a história aparece para ele como uma fonte de “material bruto”, a partir de cuja decantação o sociólogo é capaz de chegar à construção dos princípios almejados. Em outras palavras, e seguindo a formulação de Friedrich Tenbruck⁵, a operação de abstração de que Simmel lança mão em sua sociologia não tem como objetivo construir generalizações que retenham apenas as características mais comuns dos fenômenos concretos e, sim, extrair da realidade algo que não é diretamente observável nesta e não constitui um de seus elementos comuns. Em suma, se Simmel apresenta sua sociologia como um modelo que evita uma redução absoluta das contingências históricas a princípios sociológicos e que se distancia de um intuito rigorosamente sistemático de esquadrinhamento do mundo social, a motivação central daquela obra não deixa de ser, precisamente, “formal”: seu objetivo é buscar os grandes princípios e os “delicados fios”⁶ da socialização subjacentes à dinâmica de qualquer forma de vida social. Com isso, o olhar do sociólogo passa a privilegiar cortes transversais na história e no mundo vivido pelos agentes sociais. É o sociólogo quem deve construir as formas sociológicas, por meio daquilo que poderíamos denominar uma “redução formal” dos fluxos de acontecimentos históricos e das flutuações das formas concretas de interação.

Dito isso, já estamos diante dos contornos fundamentais daquilo que Simmel denomina “sociologia pura ou formal”. O princípio teórico elementar dessa perspectiva é a distinção conceitual entre formas e conteúdos sociais⁷. O fenômeno da socialização, ou seja, o fenômeno da síntese dinâmica dos indivíduos isolados em unidades mais amplas, por meio da interação, tem como motor último os fins e instintos compreendidos pela vida psíquica desses indivíduos. Tais fins e instintos correspondem aos conteúdos da vida social, apesar de não terem natureza propriamente social. Para realizarem-se socialmente, entretanto, eles precisam assumir formas específicas, sendo a somatória dessas uma das possibilidades (embora esquemática) de definição do conceito de sociedade. Além disso, assim como um mesmo conteúdo social pode investir-se em

5 TENBRUCK, Friedrich H. Formal Sociology. In: FRISBY, David (Org.). *Georg Simmel: critical assessments*. Londres: Routledge, 1994 [1965], p. 347-373. p. 356-357.

6 SIMMEL, Georg. *Soziologie*. op. cit., p. 35.

7 Não se deve, sob hipótese alguma, absolutizar uma tal distinção, o que levaria a um entendimento equivocado da sociologia simmeliana como “sociologia formal” – o que, de fato, ocorreu na recepção de seu pensamento. Contra isso, nada como as advertências recorrentes do próprio Simmel. SIMMEL, Georg. *Soziologie*. op. cit., p. 61-62.

formas sociais distintas, cada forma de socialização carrega autonomia lógica em relação a seus conteúdos⁸. É nesse sentido, afinal, que Simmel elege as formas de socialização como o objeto fundamental de sua sociologia, cuja orientação epistemológica teria como parente mais próximo a geometria, com a qual compartilharia o procedimento de abandonar os conteúdos e voltar-se para a construção de figuras abstratas. Os princípios que Simmel procura estão, portanto, aí: do conflito à subordinação, do segredo às relações eróticas, passando por uma miríade de concretizações. A realidade social é apreendida por essa sociologia por meio das formas de socialização e é a singularidade destas, a despeito de sua variabilidade temporal e espacial, que o olhar telescópico e microscópico do sociólogo deve perceber e formular.

Com isso em mente, passemos aos tipos. Ao examinar os cerca de 26 tipos humanos que aparecem no livro de 1908, a primeira constatação é a dificuldade em compreendê-los como um conjunto determinado por uma definição ou princípio unívoco. Isso está relacionado com o fato de Simmel proceder segundo exemplos, como operações ilustrativas e comprobatórias de alguns dos princípios que propõe⁹. Torna-se necessário selecionar, em meio aos diversos tipos construídos pelo autor, aqueles que constituem conceitos sociológicos relevantes no âmbito da arquitetura teórica simmeliana. É por essa razão que, para operar a aproximação com os tipos presentes em *Raízes do Brasil*, convém agrupar os tipos em quatro categorias, dentre as quais apenas a quarta consideramos relevante para tal aproximação.

Uma primeira categoria desenvolvida por Simmel comporta tipos tais como: o “amante”, o “sacerdote”, o “funcionário”, o “representante”, o “oficial” e o “mestre”. Esses tipos não podem ser vistos como produtos da operação de formalização que define o procedimento sociológico proposto por Simmel, dado que consistem em “papéis” e “posições” sociais que auxiliam na demonstração das modulações das formas de socialização, mas não fazem parte da formulação propriamente dita destas. A segunda categoria abarca o “terceiro” (e suas variadas concretizações), o “soberano”, o “subordinado” (e suas modalidades), o “próximo” e o “co-nhecido”. Consistem nas derivações lógicas, no plano individual, de formas de socialização. Funcionando apenas como as fixações teóricas das

8 SIMMEL, Georg. *Soziologie*. op. cit., cap. 1, “O problema da sociologia”.

9 A isso se acresce o uso recorrente da analogia como procedimento cognitivo. Veja-se KRACAUER, Siegfried. Georg Simmel. Ein Beitrag zur Deutung des geistigen Lebens unserer Zeit. In: *Werke*. Frankfurt: Suhrkamp, 2004 [1919]. v. 9, p. 139-280 e WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2006 [2000]. p. 75-112.

posições sociológicas que compõem certas formas de socialização, não carregam consequências sociológicas ulteriores dentro do modelo da sociologia formal, naquilo que nos interessa. Em uma terceira categoria situam-se o “trabalhador”, a “mulher”, o “patrão” e o “comerciante” que Simmel classifica como “conceitos sociais gerais”¹⁰, frutos de processos propriamente sociais, históricos e lógico-psicológicos de “redução formal” das peculiaridades referentes às existências sociais concretas, escapando também ao recorte das figuras que consideramos as mais relevantes.

Resta, enfim, uma última categoria, que abarca os tipos sociais construídos por Simmel como conceitos sociológicos propriamente ditos e que ocupam posição central no livro, seja no que diz respeito à extensão de seu desenvolvimento, seja no que tange ao seu papel que – nos casos mais importantes – consiste nos pontos de chegada da investigação das formas sociológicas. O traço sociológico que permite entendê-los como um conjunto consiste em sua construção: são tipos formais produzidos a partir de modos peculiares de participação em formas de interação, ou seja, sua definição baseia-se em características sociológicas produzidas pelas maneiras específicas por meio das quais os indivíduos que os encarnam inserem-se em grupos sociais ou na sociedade como um todo. É desse modo, aliás, que se percebe a longa distância que separa os tipos simmelianos dos tipos construídos por Sombart e alguns dos construídos por Sérgio Buarque: ao contrário destes, os tipos simmelianos não podem ser compreendidos por meio das noções de ação social ou ação histórica, ou seja, nada têm a ver com formas peculiares de ação no mundo, não se referindo, portanto, a tipos de agentes históricos. Enfim, eleger tais tipos como os mais representativos do que se poderia chamar “tipos sociais simmelianos” significa afirmar que eles podem ser considerados os produtos mais puros da operação de formalização que constitui o cerne da sociologia formal, na medida em que são, precisamente, objetivações na forma de tipos de formas de socialização ou de princípios sociológicos derivados destas. Daí a justificativa não só do papel central atribuído a eles por Simmel, mas também do recorte aqui proposto para a comparação com os tipos formulados em *Raízes do Brasil*.

¹⁰ No sexto capítulo de *Soziologie*, “O cruzamento dos círculos sociais”, Simmel se vale da construção de tipos que define, por exemplo, como o “trabalhador em geral” e seu equivalente patronal, enquanto operadores teóricos para a compreensão de fenômenos sociológicos associados a coletividades “com consciência social unitária”, que resultariam particularmente interessantes pelo elevado grau de abstração alcançado. SIMMEL, Georg. *Soziologie*. op. cit., p. 393 ss.

Esses tipos são: o “renegado”, o “viajante”, o “nobre”, o “judeu”, o “aventureiro” (e o “sedentário”), o “pobre” e o “estranho”. Detenhamo-nos nos quatro últimos, dada sua maior centralidade na obra e por conterem, em sua forma de construção, os elementos mais significativos dos que restam. Ao “pobre” e ao “estranho” deve-se atribuir um lugar privilegiado nessa perspectiva, na medida em que não somente são os tipos tratados de maneira mais desenvolvida por Simmel – ao primeiro é concedido um capítulo inteiro e ao segundo um conhecido excursus –, como também objetivam, em figuras humanas, uma das três formas de socialização a priori, ou seja, aquelas formas de socialização que Simmel considera como os pressupostos da possibilidade do fenômeno da socialização¹¹. Tal forma, já formulada no importante texto programático de 1894, “O problema da sociologia”¹², consiste no fenômeno de que todos os indivíduos sejam, cada um, uma parte da sociedade, mas, ao mesmo tempo, algo fora dela¹³. Tais tipos podem ser considerados dois dos mais representativos da operação teórica de “tipificação” em Simmel, não só pelas características de sua posição formal, como também por objetivarem um princípio substantivo fundamental nessa sociologia. Assim, tanto o pobre como o estranho são dotados de uma dupla posição nos grupos em que estão inseridos, uma vez que a forma dessa inserção caracteriza-se como uma coalescência de inclusão e exclusão. No caso do pobre, o indivíduo encontra-se ao mesmo tempo dentro e fora da sociedade, pois que a relação entre direitos e deveres, por meio da qual ele está ligado à sociedade de que faz parte, “passa por cima dele”¹⁴. Ele é o termo extremo da ação de assistência social, porém não constitui o fim desta, uma vez que seu objetivo não é o bem-estar do indivíduo pobre e, sim, a manutenção do *status quo* social por meio da erradicação de seus focos problemáticos. Do mesmo modo, o pobre não constitui tampouco o meio da ação de socorro, dado que ele se coloca face ao Estado como um objeto inerte¹⁵.

11 Cf. SIMMEL, Georg. *Soziologie*. op. cit., p. 47 ss.

12 Cf. Idem. Das Problem der Sociologie. [1894] In: DAHME, H. J. e FRISBY, D. (Orgs.). *Aufsaetze und Abhandlungen 1894-1900*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1992. p. 52-61 (Georg Simmel Gesamtausgabe, v. 5).

13 Abre-se aqui uma vertente que, posteriormente, será explorada com brilho por Niklas Luhmann (cf. LUHMANN, Niklas. Individuum, Individualität, Individualismus. In: *Gesellschaftsstruktur und Semantik. Studien zur Wissenssoziologie der modernen Gesellschaft*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1989. v. 3, p. 149-258; _____. *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1997).

14 SIMMEL, Georg. *Soziologie*. op. cit., p. 519, 523.

15 Cf. Idem, ibidem, p. 512-532.

Já o estranho seria aquele indivíduo que se fixou dentro de um determinado círculo espacial, mas cuja posição dentro deste é caracterizada pelo fato de que nem sempre ele fez parte desse grupo, para o qual, portanto, traz qualidades que o grupo não tem e nem poderia ter. Assim como o pobre, por conseguinte, o estranho será definido por uma síntese particular de proximidade e distância com relação ao grupo em que está inserido. As peculiaridades que Simmel atribui a sua posição formal seriam a de uma atitude de objetividade face ao grupo (certa neutralidade ética e suas consequências), sua mobilidade e o caráter abstrato de sua relação com o grupo (entre outros elementos, sua ligação com os outros indivíduos por meio de laços genéricos que poderiam ligá-lo a qualquer outro tipo de pessoa)¹⁶. Enfim, de acordo com a perspectiva de Simmel, o pobre e o estranho não são excluídos de seus círculos sociais; são, na verdade, neles inseridos por meio de formas de sociabilidade peculiares, de cuja composição faz parte certa modalidade de exclusão.

Há, ainda, dois outros tipos, cujo princípio de construção formal coincide com o dos dois últimos, mas que apresentam algumas peculiaridades. O “aventureiro” é um caso particular, uma vez que aparece apenas de maneira lateral na *Soziologie* e é desenvolvido no conhecido texto de *Philosophische Kultur* (Cultura filosófica, 1911), “A aventura”. O que há de interessante nesse tipo é, em primeiro lugar, sua construção como termo componente de um par de oposições, dentro do qual constitui um “inimigo natural e irreconciliável” para seu termo oposto, o “sedentário”. Além disso, salta aos olhos a definição de sua caracterização sociológica como a transposição de um caráter aventureiro, que diz respeito à esfera do temperamento e da vida interior desse tipo humano, para a dimensão de suas interações sociais e de suas relações com o espaço¹⁷.

Por último, cabe destacar o tipo do “judeu”, em virtude de sua construção formal baseada em uma ideia que poderíamos denominar como “sedimentação formal de um conteúdo social”. Simmel argumenta que, por causa da tradição migrante dos círculos sociais judeus, que muitas vezes se inseriam dentro de grupos mais amplos e com os quais travavam relações que beiravam a hostilidade e a intolerância, esses círculos desenvolveram um alto grau de solidariedade interna para que pudessem sobreviver em situações de “autossuficiência social” e marcadas pela instabilidade de sua fixação territorial, traço este que lhes facultou, por sua vez, uma grande capacidade de garantir a manutenção dos seus laços sociais face às constantes mudanças em suas condições materiais. Dessa forma, os círculos sociais judeus são historicamente marcados por

16 Cf. Idem, *ibidem*, p. 764-771.

17 Cf. Idem, *ibidem*, p. 760-761.

um traço sociológico de variabilidade que, por sua vez, se apresenta na “variabilidade do judeu singular” que consiste em sua “notável capacidade para se entranhar nas tarefas as mais variadas e adaptar-se às condições de vida as mais instáveis”, capacidade esta que “se poderia designar como um reflexo da forma sociológica do grupo na forma do indivíduo”¹⁸. Assim, é possível perceber que a forma de construção do tipo do judeu apresenta características excepcionais em relação aos outros tipos simmelianos: Simmel aponta um processo por meio do qual uma forma de interação concreta e localizada historicamente acaba por perpetuar-se e autonomizar-se em relação ao conteúdo social que lhe deu origem, produzindo, assim, determinações duradouras inclusive sobre o indivíduo típico dessa forma de interação. Com isso, estamos diante de uma modalidade peculiar de formalização do material histórico, uma vez que, nesse caso, Simmel também chega a formas de socialização específicas, só que incorporando conteúdos sociais concretos na construção das formas, não como resíduos, mas como matéria de origem – a partir de cuja sedimentação teriam se constituído as formas sociológicas em questão. Temos, portanto, uma maneira peculiar pela qual o material histórico é tratado pela sociologia formal e também um tipo social dotado de um sentido peculiar e referente a um grau de abstração diverso.

Perspectiva distinta oferece o livro de Werner Sombart sobre o burguês, publicado em 1913 como um trabalho preparatório para a edição revista de sua grande e importante obra sobre o capitalismo moderno. Com efeito, para além da caracterização do processo através do qual teria se dado na Europa a gênese e a formação do espírito capitalista moderno, o interesse pelo modelo apresentado em *Der Bourgeois* desenvolve-se em três eixos fundamentais: a visada histórica baseada na caracterização da estrutura de personalidade do agente histórico, o recorte da dimensão do agente individual típico e a definição conceitual de modos de ação ou condutas de vida específicos. Além disso, encontramos formulada uma concepção particular de “espírito”, assim como uma operação conceitual peculiar de tipificação, sendo a articulação desses dois elementos o eixo central de uma definição do que seriam a mentalidade capitalista moderna, a forma típica da ação econômica moderna e a típica conduta de vida moderna.

Sombart apresenta seu livro como uma “contribuição à história espiritual do homem econômico moderno”, tomado para si a tarefa de compreender a evolução e a estrutura do espírito dos tempos modernos por meio da apreensão da gênese do portador representativo desse espí-

18 Idem, ibidem, p. 671.

rito: o burguês¹⁹. Compreender a época moderna significaria, portanto, compreender a gestação e a formação do fenômeno denominado “capitalismo” – por meio da apreensão em profundidade da mentalidade capitalista. Esta, para Sombart, deve ser entendida como o produto de um processo histórico singular de formação que teria transcorrido na Europa ao longo do período que vai do início da Baixa Idade Média até o século XIX, e que teria se constituído como o cruzamento de diferentes vetores de determinação causal, histórica e geográfica.

Com efeito, o que mais nos interessa aqui é o modo pelo qual Sombart obtém um fino equilíbrio entre as dimensões “supra” e “infraestruturais” da compreensão do processo tratado²⁰, ao mesmo tempo em que, privilegiando o plano psicogenético da análise, não negligencia a ordem sociogenética²¹. A formação do capitalismo é compreendida por ele como um processo de desenvolvimento realizado a partir de duas vertentes cujos desdobramentos se alimentam mutuamente. Grosso modo, o argumento oferece a seguinte articulação: o “espírito capitalista” é logicamente anterior ao capitalismo, não obstante dever ser compreendido simultaneamente como causa e efeito deste. Os elementos constituintes do “espírito capitalista” orientavam os desdobramentos do processo histórico de gestação das estruturas econômicas capitalistas e, ao mesmo tempo, estas condicionavam o desenvolvimento dos primeiros. É nesse sentido que Sombart arremata sua descrição desse processo afirmando que “quanto mais progride o desenvolvimento capitalista, tanto maior importância ele assume para a conformação do espírito capitalista, até que por fim atinja talvez o ponto no qual apenas ele o configura e conforma.”²² Enfim, o fenômeno da mentalidade capitalista aparece, ao mesmo tempo, como o objeto a ser delineado e como a chave para a compreensão do processo ao longo do qual teriam se constituído o sistema econômico capitalista moderno e a configuração plena da própria mentalidade capitalista que corresponde ao “espírito capitalista moderno”, cujo portador é a figura-síntese da modernidade, o burguês.

19 SOMBART, Werner. *Der Bourgeois. Zur Geistesgeschichte des modernen Wirtschaftsmenschen*. Munique/Leipzig: Duncker & Humblot, 1923 [1915]. Prefácio.

20 Este um aspecto central da discussão da época. Veja-se WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um*. Crítica literária – sociologia – filologia. São Paulo: Cosac Naify, 2007. p. 310 ss.; LENGER, Friedrich. *Werner Sombart 1863-1941. Eine Biographie*. München: C. H. Beck, 1994.

21 Esse privilégio diz respeito somente ao enfoque intencionalmente adotado em *Der Bourgeois*, pois que em *Der moderne Kapitalismus* (em suas duas versões) a conjugação mais equilibrada das dimensões é operativa e estruturante.

22 SOMBART, Werner. op.cit., p. 445.

Na caracterização de Sombart, o espírito capitalista consiste em uma rede de elementos anímicos, em cuja base estariam o afã de lucro, a paixão pelo dinheiro e o ânimo de empresa, na qualidade de motores últimos da ação econômica, relativos ao âmbito dos instintos ou paixões. Os complexos anímicos que compõem a substância desse espírito são, entretanto, o espírito de empresa e as virtudes burguesas.

O primeiro – o espírito de empresa – é definido por Sombart como a “somatória de todas as características anímicas que são necessárias para a execução bem-sucedida de uma empresa”²⁵. As mais significativas, e seus respectivos tipos sociais, são as seguintes. A capacidade de traçar planos originais, somada à vontade de ação e à capacidade de levar a cabo o projeto traçado, características que têm como contraface a posse de liberdade espiritual, de energia espiritual e de tenacidade e perseverança – referem-se ao “conquistador”. A aptidão para a organização, ou seja, a atividade de ordenação da ação de um conjunto de pessoas com vistas a algum objetivo definido e a obtenção dos efeitos desejados a partir da coordenação dessas ações e de seus efeitos sobre os objetos – define o “organizador”. A habilidade em negociar, referente ao dom de persuasão e convencimento, que permite ao empresário capitalista manter um diálogo eficaz com os interlocutores de sua ação econômica –, sua posse define o “comerciante”. De maneira menos desenvolvida aparecem também, entre outros, certo espírito conquistador e aventureiro que subjaz a todo o tipo de empresas de conquista e exploração em torno das quais giraria boa parte das economias coloniais do início dos tempos modernos; sua manifestação paroxística são as viagens ultramarinas de exploração. E o espírito de especulação constitui a raiz do ímpeto e da capacidade que o “especulador” teria para traçar planos econômicos criativos para o futuro.

O segundo – as virtudes burguesas – corresponde ao conjunto daqueles “princípios e opiniões (junto com o comportamento e a atitude por eles determinados) que perfazem um bom burguês e pai de família, um homem de negócios sólido e ‘prudente’”²⁴. Ou seja, um conjunto de preceitos que determinam um ideal de ação econômica, mas que acabam transcendendo a esfera da ação econômica, constituindo-se como modelo de conduta de vida dotado de forte poder de impregnação sobre a existência do homem moderno. Dele fariam parte duas ordens de preceitos. De um lado, o advento de uma nova concepção de atividade econômica, a “santa economia”²⁵; a combinação de um princípio de racionalização da

²⁵ Idem, ibidem, p. 70.

²⁴ Idem, ibidem, p. 155.

²⁵ Idem, ibidem, p. 157 ss.

conduta econômica (a passagem de uma “economia de gastos”, típica das concepções econômicas tradicionalistas e senhoriais, para uma “economia de ganhos”, pautada pelo permanente controle racional dos lucros e custos produzidos ao longo da atividade econômica) com um princípio de economicização da conduta econômica (a partir do surgimento da ideia de “poupança”, o agente econômico orienta sua atividade cotidiana de modo a extrair o melhor rendimento possível de suas economias monetárias, de seu tempo, de seu corpo e de seu espírito). De outro lado está a moral dos negócios que diz respeito às normas de conduta do agente econômico no que toca a suas relações estabelecidas com os outros agentes econômicos. Refere-se, portanto, a uma moral de fidelidade e cumprimento de contratos e ao que Sombart denomina “honestidade burguesa”, a crença em que o cultivo e, mais fundamentalmente, a aparência de honradez seriam bons para os negócios. Tudo isso é ainda envolto por um componente definido simultaneamente como uma tendência, um hábito e uma faculdade anímica: a mentalidade calculadora.

Assim, sumarizando ao máximo a caracterização da noção de “espírito” formulada por Sombart, podemos dizer: trata-se de um complexo de faculdades e atividades anímicas ou, por outras palavras, uma gama de elementos reunidos sob a categoria do “anímico”, que dizem respeito, de um lado, a propriedades últimas da personalidade humana e, de outro, a valores e fins que se reportam a essas propriedades, ambas essas classes de “qualidades anímicas” constituindo, portanto, princípios de orientação da ação econômica humana e da ação humana em geral (o que significa também: de conduta da vida).

Considerando que a cada um desses elementos corresponde um tipo social específico, é razoável definir o sentido dos tipos sombartianos como os portadores humanos típicos dos diferentes elementos constitutivos do espírito que orienta a ação humana em cada contexto sócio-histórico tratado. Assim, as operações de definição conceitual das modalidades de “espírito” e dos tipos, em Sombart, são dois aspectos de uma mesma operação teórica.

Em suma, para dar conta da descrição de um processo de desenvolvimento histórico caracterizado por um longo lapso temporal e pela abrangência de múltiplas ordens da vida social, Sombart procura determinar teoricamente as estruturas de personalidade dos agentes históricos típicos que levaram a cabo esse processo. Podemos dizer que se trata de uma operação de “redução formal” da realidade histórica, de caráter eminentemente sociológico: a análise do processo em questão transcorre a partir de um procedimento de abstração que visa à construção de conceitos genéricos que possibilitem “recortar”, na realidade

histórica, a dimensão do agente histórico que leva a termo tal processo, determinando, dessa forma, um modo de ação peculiar. Portanto, a gênese e o desenvolvimento do capitalismo, enquanto objetos de análise construídos por Sombart, são compreendidos como a gestação histórica de um “espírito”, ou uma maneira de agir no mundo, que veio a produzir um sistema econômico. Os tipos sociais podem então ser compreendidos como a objetivação conceitual das formas de ação determinadas pelas estruturas de personalidade peculiares aos agentes históricos descritos. Vê-se que Sombart, em *Der Bourgeois*, privilegia o domínio psicogenético, no sentido de pôr em evidência um aspecto parcial de uma relação complexa de correspondência, cujo outro polo é a sociogênese. Na obra mestra que é *Der moderne Kapitalismus*, sua pretensão é conjugar, de modo sistemático, ambas as perspectivas e evidenciar a correspondência em questão. E é esse programa, cremos, que também Sérgio Buarque de Holanda toma para si em *Raízes do Brasil* (o que não significa que estejamos postulando uma influência ou algo similar por parte de Sombart).

Antes de avançar, é preciso que tenhamos alguma clareza com relação ao enquadramento mais geral do livro publicado em 1936. Não aquele dado pelo contexto local, sem dúvida alguma de importância capital para uma ponderação mais justa e adequada do livro, mas que foge ao presente enfoque. O que se pretende evidenciar é a armação mais ampla da concepção cognitiva que ordenava a tentativa de Sérgio em sua interpretação: a matriz que fornece o enquadramento mais geral para Sérgio Buarque, em *Raízes do Brasil*, é uma perspectiva de análise que procura conjugar estrutura de personalidade e estrutura social.

Argumentamos, portanto, que *Raízes do Brasil* depende, em sua arquitetura cognitiva, desse pressuposto. A partir dele, Sérgio Buarque desenvolve o seu argumento histórico-sociológico, pois indagar pela natureza da articulação/relação entre as transformações da estrutura da personalidade e as transformações da estrutura da sociedade é justamente uma das maneiras de sugerir a passagem de uma dimensão mais propriamente histórica para uma dimensão mais propriamente sociológica.

Isso tem como consequência, por outro lado, indagar pelas temporalidades específicas e pelas modalidades próprias a esses âmbitos de transformações. A resposta a essas indagações é de natureza histórica e constitui a estrutura factual da interpretação oferecida em *Raízes do Brasil*.

Um tal desenvolvimento e o intuito de oferecer uma investigação que conjuga e articula (transformações da) estrutura da personalidade e (transformações da) estrutura da sociedade – psicogênese e sociogênese –

se, para formular em jargão e de modo mais sucinto – é, por fim, o que permite situar Sérgio Buarque no âmbito de um contexto de discussão alemão, do qual se aproximou definitivamente durante o período em que morou na Alemanha.

Podemos ler o livro de 1936 como a construção de uma interpretação do processo de formação da sociedade brasileira, ancorada na apreensão do efeito configurador que a colonização teria exercido sobre o processo de formação da sociedade. Compreender como a sociedade brasileira se formou significa, então, apreender, por um lado, o que seria o legado ibérico herdado pelo Brasil e, por outro, a maneira como tal legado teria condicionado ou codeterminado o processo de formação das formas de sociabilidade caracteristicamente brasileiras.

A apreensão do legado da colonização brasileira, por sua vez, assume no livro a forma da busca por “raízes”, ou seja, da determinação de alguns princípios ou estruturas fundamentais que possibilitem a caracterização do processo de formação de nosso “caráter nacional”. Olhando essas estruturas mais de perto, podemos dividi-las, para efeito de análise, em duas categorias: de um lado, estruturas mentais (relativas às estruturas de personalidade dos agentes históricos e a fenômenos morais e culturais) e, de outro, estruturas sociais (referentes a padrões sociais de convívio e de comportamento, assim como suas cristalizações e institucionalizações): psicogênese e sociogênese. O desafio analítico não é somente identificar essas duas dimensões e caracterizá-las (inclusive em seu devir), mas também (e talvez sobretudo) compreender as relações que se estabelecem entre elas e tentar formular o estatuto dessas relações.

Nessa perspectiva, o primeiro movimento operado na obra consiste na compreensão de como tais estruturas, gestadas nas sociedades ibéricas, tornaram-se formas sociais e culturais brasileiras. Nesse sentido, podemos dizer que Sérgio Buarque postula dois eixos de desenvolvimento: por um lado, o transplante de estruturas mentais gestadas nas sociedades ibéricas – assim como das estruturas sociais que delas são desdobramentos – para a vida social brasileira. Em outra dimensão, aquelas estruturas mentais primeiras vêm permear nossa vida social por outra via, na medida em que orientam a forma pela qual se desenvolve o nosso processo de colonização. Assim, podemos considerar que esse processo é descrito a partir do encadeamento de alguns eixos de codeterminação heterogêneos. Não se trata simplesmente de um processo de transplante de mentalidades ou de estruturas de sociabilidade: o fenômeno da transmissão dessas estruturas é entendido como processo complexo que corre simultaneamente em leitos psicogenéticos e sociogené-

ticos, mas também como desenvolvimento histórico singular resultante do cruzamento de fatores relativos a ambas as dimensões e engastados em condições históricas peculiares. Vale notar, nesse sentido, que assim como a sociologia permitiu a Sombart analisar o capitalismo como uma “individualidade histórica”²⁶, o mesmo ocorre com relação a Sérgio Buarque e a sociedade brasileira: podemos dizer que também *Raízes do Brasil* apresenta nossa formação no registro de uma “individualidade histórica”.

A primeira estrutura mental detectada por Sérgio Buarque é a extremada cultura da personalidade. Sérgio aponta como traço distintivo das sociedades portuguesa e espanhola a elevação do valor da pessoa humana singular à posição de princípio moral supremo. Nessas sociedades, a autonomia de cada homem em relação aos demais, o culto à personalidade de cada indivíduo singular, em seu afã de distinção em relação a todos os outros, consistiria na principal virtude reconhecida pela população²⁷. Daí o caráter essencialmente “inativo” das virtudes ibéricas e a estrutura social mais representativa dessas sociedades, qual seja, sua profunda falta de coesão, cujas manifestações principais são o estabelecimento da solidariedade unicamente com base em sentimentos e, portanto, na esfera doméstica ou entre amigos, além da consequente capacidade reduzida de organização social, da frouxidão da estrutura social e da recusa às atividades utilitárias.

Como se percebe ao longo do livro, a cultura extremada da personalidade virá a ser um dos traços fundamentais do caráter brasileiro. Sua persistência temporal no seio das sociedades ibéricas teria sido possível graças ao fenômeno da incorporação da mentalidade aristocrática pela nova burguesia comercial portuguesa do Quinhentos, ensejada pela constituição precoce da nação portuguesa e também pela já enraizada tendência ao nivelamento de classes, própria a essa sociedade. Assim, ilustrando parte significativa dos esquemas argumentativos do livro, a primeira estrutura detectada pelo autor, além de produzir efeitos sociais configuradores para a sociedade em que foi gestada, teve sua sobrevivência possibilitada por sua transmissão de um grupo social a outro, graças a condições históricas favoráveis para tanto. Voltaremos ao ponto.

²⁶ Cf. HINTZE, Otto. Der moderne Kapitalismus als historisches Individuum. Ein kritischen Bericht ueber Sombarts Werk. In: *Soziologie und Geschichte. Gesammelte Abhandlungen zur Soziologie, Politik und Theorie der Geschichte*. Goettlingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1964. p. 374-426.

²⁷ Cf. HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 [1936]. p. 51 ss.

Quanto ao segundo e ao quarto capítulos, podemos entendê-los como uma unidade, reunindo seus objetos sob a formulação que Sérgio Buarque propõe no primeiro deles: compreender e delinear as “determinantes psicológicas do movimento de expansão colonial portuguesa pelas terras de nossa América”²⁸. Neste capítulo, Sérgio Buarque propõe uma definição sintética do sentido geral do processo histórico de colonização portuguesa no Brasil:

Essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono. Dir-se-ia mesmo que se fez apesar de seus autores²⁹.

A colonização brasileira seria historicamente o fruto de um tipo muito particular de ação, um empreendimento caracterizado precisamente por um agir que, de certa maneira, não visa decididamente seu próprio fim; um agir maleável e que se define mais pelas circunstâncias com que se depara do que por um projeto de ação previamente traçado. Em suma, os princípios sobre os quais a ação colonizadora portuguesa no Brasil se assentou foram o desleixo, a ação rotineira e não racionalmente projetada, a recusa à imposição de uma ordem artificial ao mundo conquistado e a “plasticidade social” de seus agentes. Daí o papel configurador que tais princípios teriam exercido sobre a sociedade brasileira ao longo dos séculos posteriores: manutenção da lavoura de tipo predatório, hipertrófia do mundo rural, hegemonia da cordialidade enquanto princípio estruturante de toda nossa vida social, entre outros.

O cerne dessa narrativa sintética da história do Brasil Colônia, no entanto, não reside na amplitude do leque de fatos históricos abarcados, mas sim na estrutura do procedimento de abstração teórica do qual Sérgio Buarque se vale para dar conta do processo narrado. Por trás de nossa colonização desleixada e pautada pelo abandono, o que Sérgio vislumbrava era um “espírito colonizador” que teria orquestrado o desenrolar do processo e que seria composto pelo espírito de aventura e pela ordem do semeador³⁰. O primeiro destes consiste, por um lado, em uma ânsia tão intensa pelo objeto final que chega a obliterar, aos olhos do seu portador, os processos intermediários e, por outro, na valorização do esforço em prol de recompensas imediatas. Quanto ao segundo, Sérgio aponta

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 43.

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 43.

³⁰ “Num conjunto de fatores tão diversos [...] [o gosto da aventura] foi o elemento orquestrador por excelência.” HOLANDA, Sérgio B. op. cit., p. 46.

para um realismo ou naturalismo fundamental tipicamente lusitano⁵¹, que se estriba na recusa à transfiguração da realidade por meio de construções do espírito humano e na aceitação de uma ordem baseada na aceitação da vida como ela é, no desleixo e na liberdade, correspondente ao império do natural e do divino e não ao da construção humana.

E é precisamente aqui que a questão dos tipos sociais torna-se o foco da análise. Certa feita, Gabriel Cohn contrapôs-se a algumas das interpretações dos tipos sociais presentes em *Raízes do Brasil*, baseadas na aproximação desses tipos sociais com os tipos ideais weberianos. Argumentava, com propriedade, que aos tipos do trabalhador e do aventureiro é impossível aplicar um procedimento weberiano decisivo, qual seja, o de “examinar a relação entre condutas, mutuamente compreensíveis em seus significados, mas que sobretudo [...] se encontram simultaneamente presentes *no mesmo agente*”⁵². Isso significa que, quando Sérgio postula a ideia de que esses dois tipos pertencem a universos valorativos não apenas opostos, mas radicalmente incompreensíveis entre si, ele não considera que os agentes históricos por eles representados se encontrariam diante da possibilidade de escolha (mais ou menos racional) entre diferentes formas de ação. Entretanto, embora Cohn proponha como alternativa à interpretação pautada pela referência aos tipos weberianos a aproximação aos tipos simmelianos, pretendemos sugerir uma remissão ao modelo psicogenético proposto por Sombart. Nessa perspectiva, pode-se dizer que, na formulação de Sérgio Buarque, o “caráter aventureiro” integra a estrutura de personalidade própria do agente típico delineado, em cujo modo de agir no mundo esta estrutura se manifesta, regulando-o e orientando-o. O aventureiro não escolhe racionalmente o “agir desleixado” como forma de ação no mundo; ele age de acordo com as características que compõem sua “psicologia” específica (para permanecermos na terminologia de Sérgio Buarque). E o mesmo pode ser estendido ao tipo do semeador: Sérgio investiga naqueles dois capítulos o sentido do processo colonizador brasileiro por meio da definição de um agente histórico típico e da caracterização de sua estrutura de personalidade particular, agente este que consistiria, assim, no portador de um princípio de orientação da atividade humana específico que determina uma forma de ação peculiar (é nítida a proximidade com o modo como

⁵¹ Cf. Idem, ibidem, p. 110 ss.

⁵² COHN, Gabriel. O pensador do desterro. In: *Folha de S.Paulo*, 25 jun. 2002. Caderno Mais!, p. 10-11. p. 11; _____. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. 141-145; _____. Introdução. In: COHN, Gabriel. (Org.). *Max Weber*. São Paulo: Ática, 1982. p. 5-34. p. 29.

Sombart constrói sua análise e que procuramos breve e interessadamente reconstruir).

A referência a Sombart também oferece parâmetros para marcar a discrepância fundamental que distancia o modo de construção do tipo do aventureiro daquele do tipo do semeador. Enquanto a estrutura de personalidade do primeiro é definida diretamente por seu princípio de orientação da atividade humana, a do segundo é compreendida fundamentalmente por referência a uma visão de mundo e ao domínio da ética. No primeiro caso, estamos mais próximos dos tipos sombartianos referentes ao espírito de empresa, definidos fundamentalmente pela posse de disposições espirituais propícias para certas formas de ação, enquanto, no segundo caso, a referência mais direta são as virtudes burguesas que compõem uma conduta de vida e uma visão de mundo específicas.

Por outro lado, se os conceitos construídos por Sombart fornecem uma chave de leitura relevante, o modo mediado como eles reverberam no livro de Sérgio é igualmente importante. Ao longo dos dois capítulos mencionados, nota-se que, de certa forma, Sérgio vai dando carne e sangue aos tipos sociais, à primeira vista estanques e altamente abstratos, e que o “espírito” que pretende delinear ocupa o segundo plano da análise, em posição menos central que o tipo implícito e mais concreto do “colonizador português”. Ou seja, os princípios de ação e os tipos abstratos revelam uma função mais “instrumental”, se contrapostos ao “espírito capitalista” que constituía boa parte do resultado final da análise operada por Sombart. Nesse sentido, funcionam como conceitos balizadores da análise das tramas históricas concretas e dos personagens históricos concretos³³. Ademais, Sérgio Buarque lança mão do enfoque psicogenético por meio de um procedimento de “depuração conceitual”. Em *O burguês*, as estruturas de personalidade dos agentes típicos apareciam como diretamente arraigadas naquilo que poderíamos denominar “propriedades espirituais inatas” que constituíam parte do âmbito, de certa forma nebuloso, do “anímico”. Em *Raízes do Brasil*, por sua vez, encontramos a ideia de uma “psicologia” peculiar da colonização, como um conjunto de princípios abstratos de ação, mas sai de cena a remissão a uma determinação referente à posse de faculdades intelectuais inatas ou habilidades psicológicas congênitas³⁴.

33 Mas, bastaria folhear o livro de Sombart para perceber que sua análise dá enorme importância à dimensão histórica concreta, e que não seria correto esquematizá-la.

34 Sombart abre a segunda seção de sua obra, dedicada à circunscrição das “fontes do espírito capitalista”, com uma discussão acerca da heterogeneidade apresentada pelos diferentes elementos que constituem o espírito capitalista e da correspondente diversidade de suas origens. Assim, justificando sua proposta de explorar os fundamentos “biológicos”, “morais” e “sociais” do espírito capitalista, o autor

Já no terceiro capítulo de *Raízes do Brasil*, intitulado “Herança rural”, Sérgio Buarque começa a desenvolver a segunda parte do movimento central do livro, referente à articulação do exame do sentido do processo colonizador português no Brasil com o da formação do Brasil moderno. Trata-se, portanto, de compreender o fenômeno da manutenção dos fundamentos da velha ordem rural colonial ao longo do processo de modernização da sociedade brasileira e cujo fator central aparece como sendo a invasão do mundo urbano pela mentalidade de casa grande. Assim, ao concluir o capítulo, afirma que “o predomínio esmagador do ruralismo [...] foi antes um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio”⁵⁵. Sérgio procura demonstrar de que forma o “espírito do colonizador português” determinou a sociedade brasileira moderna. Assentando a ordem social do Brasil Colônia sobre o personalismo, o patriarcalismo e a autoridade suprema dos senhores de terra, e possibilitando a perpetuação dessa ordem rural como decorrência do predomínio esmagador do mundo rural sobre o mundo urbano, o colonizador português criava as condições para a impregnação decisiva dos padrões de convívio rural na sociedade brasileira. Nessa direção, não deixando de lado a “fisionomia mercantil”⁵⁶ da empresa colonizadora portuguesa, nem o papel ocupado por esta dentro do contexto da economia colonial europeia a partir do século XVI, Sérgio Buarque demonstra que, diante da hipertrofia do mundo rural em detrimento do urbano, impunha-se no Brasil a necessidade de improvisação de uma burguesia urbana a partir do material humano proveniente das antigas oligarquias rurais. De tal modo que, assim como fez para o caso do processo de ascensão social da burguesia portuguesa no Quinhentos, Sérgio analisa o processo de constituição das primeiras classes dirigentes do Brasil moderno segundo um encaminhamento que poderíamos sintetizar no esquema do personalismo – transformação nas posições ocupadas pelos grupos na estrutura social – como manutenção artificial e anacrônica de valores e códigos morais. Por outras palavras, seu argu-

distingue as “predisposições anímicas” constitutivas de tal espírito dos fatores “externos” que realizam as primeiras sob a forma de ações ou atitudes. Assim, se é verdade que o fulcro da análise de Sombart consiste nos elementos do espírito do capitalista em si mesmos, mais do que no escrutínio de suas fontes, não se pode deixar de notar que o próprio interesse do autor em diferenciar aquelas “propriedades anímicas”, de um lado, em “estados psíquicos que se desenvolvem fora da consciência”, ou impulsos, e, de outro, em instintos, revela certo nível de enraizamento do modelo teórico de *O burguês* em um campo conceitual que pretende dar conta da descrição de “elementos intelectuais e psicológicos inatos” e, do qual, sugerimos, Sérgio Buarque parece querer se afastar. A questão pede investigação mais detida.

55 HOLANDA, Sérgio B. op. cit., p. 92.

56 Idem, ibidem, p. 106.

mento é o de que, ao criar as condições para a sobrevivência anacrônica dos padrões rurais de sociabilidade, o “espírito do colonizador português” criava as condições para a cristalização de uma “mentalidade de casa-grande”⁵⁷ que institui o laço social orgânico e personalista como o princípio fundamental da vida social brasileira moderna. Com isso, fecha-se o modelo interpretativo do processo de configuração do Brasil moderno: este teria ocorrido sob a forma da combinação de um princípio de ação que “orquestrou” os objetos do mundo histórico, com o transplante de estruturas da metrópole para a colônia e, ainda, com a criação de condições estruturais na nova sociedade que permitiram a realização desse desenvolvimento. A perspectiva psicogenética cumpre sua função teórica enquanto elemento de um construto mais amplo que articula, de maneira equilibrada, tanto a definição de estruturas genéricas com a compreensão do processo histórico concreto, como a caracterização dos processos de formação de estruturas mentais e de estruturas sociais.

Se os termos de base do modelo estão todos aí, não é possível, entretanto, interromper a nossa glosa de *Raízes do Brasil* sem mencionar o “homem cordial”. Isso porque é precisamente na construção desse tipo social que é possível entrever uma síntese dupla por meio da qual podemos concluir nossas sugestões. O homem cordial corporifica uma primeira síntese na medida em que consiste no tipo humano que encarna aquilo que pode ser considerado a forma de convívio que sintetiza o processo interpretado ao longo do livro. É assim que, ao olharmos para o conceito do homem cordial, nos deparamos com todo o percurso histórico que vai da formação da cultura ibérica da personalidade até a constituição das instituições políticas do Brasil dos anos 1930. Sérgio Buarque apresenta a cordialidade como a forma brasileira ordinária de convívio social⁵⁸; destarte, seu tipo humano representativo dá forma conceitual sintética não só ao processo ao longo do qual a mentalidade personalista se liberta de seu berço ibérico para se engastar no caráter brasileiro, mas também ao quadro social moderno em que viceja esse caráter. A cordialidade impregnaria todas as esferas da vida social brasileira: seja na forma do “espírito de facção”, na inexistência de um funcionalismo pautado pelo princípio impessoal da burocracia, no bacharelismo ou na intelectualidade nacional epidérmica e acrítica.

E é no ponto de articulação entre os dois aspectos dessa síntese que encontramos o diálogo com Simmel. Feito o rol dos tipos sociais formulados na *Soziologie*, o rendimento do cotejo destes com os tipos do aventureiro, do trabalhador, do semeador e do ladrilhador sugere uma

57 Idem, *ibidem*, p. 87.

58 Cf. Idem, *ibidem*, p. 147.

aproximação mais profícua com os tipos sombartianos³⁹. Para o caso do homem cordial, entretanto, o quadro se inverte: neste último tipo é possível entrever um sólido ponto de convergência com os tipos simmelianos, uma vez que consiste fundamentalmente na objetivação de uma forma de sociabilidade específica em um tipo humano. O homem cordial, enquanto cristalização da forma de sociabilidade brasileira típica, pode ser entendido como um tipo social de extração simmeliana por excelência. E mais: seguindo de perto a definição do homem cordial como o produto da “influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”⁴⁰, chegamos a uma formulação que se mostrou frutífera quando da análise dos tipos sociais simmelianos: trata-se de um tipo humano definido pela ideia da sedimentação formal de um conteúdo social. O cruzamento decisivo entre os modelos de tipificação de Sérgio Buarque e de Simmel encontra-se, portanto, na convergência dos tipos do homem cordial e do judeu.

Se operarmos ainda uma vez um redeslocamento, colocando o foco novamente no homem cordial, chegamos a mais um ponto de convergência e ao segundo aspecto da síntese anunciada. Atentando para a caracterização do homem cordial como o oposto do homem polido, opondo-se, assim, a um “triunfo do espírito sobre a vida”, e constituindo-se na “forma natural e viva que se converteu em fórmula”⁴¹, chegamos a uma conclusão aparentemente paradoxal e que poderia ser circunscrita por meio dos parâmetros da comparação com Simmel: a cordialidade consiste, quase paradoxalmente, em uma forma de sociabilidade cujo conteúdo em certa medida resiste a ser formalizado por completo, ou melhor, consiste em uma forma social cristalizada, mas de cuja composição faz parte certa margem de espontaneidade, de fluxos vitais que persistem e que não se deixam tolher completamente por seu investimento em formas constituídas.

Enfim, passando para o último capítulo de *Raízes do Brasil*, vemos que a ambiguidade que permeia todo o curso da argumentação ganha um encaminhamento eminentemente tenso e deliberadamente problemático, ao por em xeque-mate o espírito enquanto força normativa⁴² e apontar para a necessidade de uma conciliação das formas sociais com a matéria espontânea destas, postulando que as “formas superiores” da

39 Para a apresentação e análise detalhadas dos tipos desenvolvidos por Simmel na *Soziologie*, veja-se GOLDFEDER, André. *Relatório final de pesquisa. Processo Fapesp 07/02558-7*. Texto datilografado, 2008.

40 HOLANDA, Sérgio B. op. cit., p. 146-147.

41 Idem, ibidem, p. 147.

42 “O espírito não é força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde.” Idem, ibidem, p. 188.

nossa sociedade devem ser como um “contorno congênito a ela e dela inseparável”⁴⁵.

Tudo isto posto, esperamos ter aberto a possibilidade de um juízo mais acurado sobre a pertinência da aproximação dos tipos que aparecem em *Raízes do Brasil* com alguns autores alemães que Sérgio frequentava – e com isso também contribuir acessoriamente para clarificar o seu diálogo com os alemães, do qual cuidava já desde antes de sua estada na Alemanha.

Podemos expor essa questão retomando, para terminar, a resenha de Florestan com a qual começamos. Marcando sua diferença face a Sérgio, o sociólogo criticava a

énfase excessiva nos aspectos da cultura, [...] que leva a subestimar os efeitos e as determinações da estrutura social. Muitos dos problemas encarados apenas da perspectiva da cultura [...] poderiam ser discutidos de um ponto de vista sociológico, único capaz de por em evidência a atuação dos processos sociais subjacentes aos ajustamentos e às mudanças culturais.⁴⁴

O argumento é conhecido de todos os leitores de Florestan, porque recorrente; mas é preciso reconhecer que ele talvez não tenha atinado por inteiro com o tratamento *sui generis* que Sérgio Buarque soube dar à dinâmica dos processos sociais. Uma das forças singulares da obra de 1936 deve ser vislumbrada em sua síntese original das dimensões psicogenética e sociogenética e na incorporação renovadora dessa síntese para a interpretação do processo brasileiro, no que toca à singularidade das dinâmicas de transformação social e de transformação da mentalidade. E como corolário disso tudo, em que ressoa a sociologia de Simmel, a cristalização do cruzamento dos diferentes vetores desse processo complexo em uma forma de sociabilidade peculiar e na caracterização de um tipo humano que, nas palavras de Ribeiro Couto, constituiria a contribuição americana para a civilização. Sérgio Buarque, ao passar a limpo a assertiva do amigo, não perdeu a chance de corrigi-la: o homem cordial não é menos do que a contribuição brasileira para a civilização⁴⁵.

45 Idem, *ibidem*, p. 188.

44 FERNANDES, Florestan. op. cit., p. 224.

45 COUTO, Ribeiro. El hombre cordial, producto americano. In: *Revista do Brasil*, v. 3, n. 6, p. 30-31, jul. 1987. p. 31; HOLANDA, Sérgio B. op. cit. p. 146.